

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

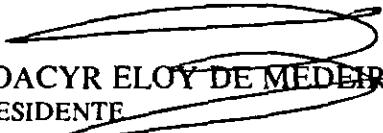
PROCESSO N° : 10831.000917/93.21
SESSÃO DE : 26 de abril de 1996.
ACÓRDÃO N° : 301-28.060
RECURSO N° : 117.530
RECORRENTE : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S.A. (VASP)
RECORRIDA : DRJ-CAMPINAS/SP

Partes e peças para aeronave - Reimportação "Reimportação de mercadoria exportada temporariamente, para reparos em oficina especializada não existente no país. Decreto-lei 2.434/88 inciso II, letra "i" isenta as importações de partes e peças e componentes destinados a reparos em aeronáves.
Recurso provido."

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 26 de abril de 1996.


MOACYR ELOY DE MEDEIROS
PRESIDENTE


LEDA RUIZ DAMASCENO
RELATORA

17 JUL 1996 *Luiz Fernando Oliveira de M. e as*
Precurador da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, ISALBERTO ZAVÃO LIMA, JOÃO BAPTISTA MOREIRA, FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO e LUIZ FELIPE GALVÃO CALHEIROS. Ausente a Conselheira Maria de Fátima Pessoa Mello Cartaxo.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 117.530
ACÓRDÃO Nº : 301-28.060
RECORRENTE : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S.A. (VASP)
RECORRIDA : DRJ-CAMPINAS/SP
RELATOR(A) : LEDA RUIZ DAMASCENO

RELATÓRIO

Contra a empresa recorrente foi lavrado Auto de Infração, em ato de Revisão Aduaneira, referente ao imposto de importação e I.P.I., tendo o fiscal constatado que a empresa reimportou através da D.I. 008001/88, adição 01, "Turbo reator de gás CFM-56-3B1", no qual foram incorporados as partes e peças das adições 002 a 037, empregados no reparo realizado no exterior, assim importados, sem recolhimento de tributos, na conformidade do artigo 368 do Regulamento Aduaneiro e item 06 da IN 89/81.

A empresa, tempestivamente, impugnou o feito às fls. 71 a 79, alegando, em síntese, que:

- que o turbo foi remetido ao exterior, para reparos, através do regime de exportação temporária, vez que não há no mercado nacional empresa com condições técnicas para efetuar o conserto;
- que a isenção, em questão, importa a destinação do bem;
- que o D.L. 2.434/88, abrange a hipótese em tela;
- que a lei é clara quanto a isenção do I.I. e I.P.I. no caso de reimportação para reparos;
- que é irrelevante que as peças substituídas no turbo sejam importadas separadamente ou agregadas ao material;
- que o acórdão nº 303-26.455 de 11.06.91, sobre a matéria em tela, deu provimento ao recurso;

Às fls. 81 a 86, o fiscal autuante se manifesta sobre a impugnação e argumenta que existem oficinas de reparo para aeronaves no Brasil e que o acórdão nº 303-27.166 de 25.03.92 do Terceiro Conselho se refere à matéria idêntica e nega provimento ao recurso.

A decisão de primeira instância, considerando que ficou caracterizada a falta de recolhimento, julga procedente a ação fiscal.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CAMARA

RECURSO Nº : 117.530
ACÓRDÃO Nº : 301-28.060

Inconformada, recorre a este Conselho, para argüir o seguinte:

- que a decisão está impondo restrições à lei, sob a alegação de proteger as oficinas do país, citando algumas que no seu entender são capacitadas;
- que a recorrente tem sua própria oficina no Aeroporto de Guarulhos e Congonhas fazendo reparos, inclusive, para órgãos governamentais;
- alega que nem todos os reparos podem ser, ali efetuados;
- requer o provimento do recurso.

É o relatório. /



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 117.530
ACÓRDÃO Nº : 301-28.060

VOTO

Trata o processo de reimportação de peças de aeronave enviada ao exterior para reparo.

O Decreto-lei 2.434/88, inciso II, letra "i", isenta as importações de "partes, peças e componentes destinados a reparo, revisão ou manutenção de aeronave" a legislação não determinou que tais importações seja efetuadas junto ou separado ou compondo a peça restaurada no exterior, sob o regime de exportação temporária.

A lei é clara e concede o direito à recorrente.

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1996.

 -
LEDA RUIZ DAMASCENO - RELATORA